

Estabilidade não vai passar

Pazzianotto já foi encarregado de negociar nova fórmula

A estabilidade no emprego para todos os trabalhadores após um contrato de 90 dias, como prevê o atual projeto de Constituição, é inviável e não deverá permanecer no substitutivo a ser elaborado pelo relator Bernardo Cabral. Esta foi a conclusão a que chegaram ontem o líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso; os ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto; da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães; e o próprio Cabral, reunidos com o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães. Para resolver a questão, ontem mesmo encarregaram o ministro Almir Pazzianotto de discutir com lideranças sindicais e patronais para encontrar uma fórmula que assegure o emprego para os trabalhadores, sem prejudicar os empregadores.

A partir de hoje mesmo o ministro Almir Pazzianotto deverá iniciar contatos com o deputado Luis Inácio Lula da Silva (PT/SP), Jair Meneguelli, da CUT e outras lideranças sindicais e empresariais, para na semana que vem já apresentar ao relator Bernardo Cabral o seu estudo, que posteriormente será submetido às lideranças políticas na Constituinte. Bernardo Cabral espera ter a proposta de Pazzianotto nas mãos o mais rápido possível, já que, ainda na reunião, foi orientado por Ulysses Guimarães no sentido de que antecipe a elaboração do seu substitutivo. No próximo dia 13, quando termina o prazo de apresentação de emendas, o presidente da Constituinte deseja que esteja pronto pelo menos o arcabouço do substitutivo de Cabral, para que possa negociá-lo com as demais lideranças políticas.

A idéia de buscar mecanismos que substituam a proposta de estabilidade, de acordo com o relator Bernardo Cabral, foi determinada pelo próprio presi-

FOTOS: JORGE CARDOSO



Cabral deixa a casa de Ulysses, onde Fernando Henrique também esteve

dente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, que considerou demagógica, como está no projeto. "Decidimos então acabar com a demagogia e procurar uma fórmula que não seja fantasiosa. Não adianta nada garantir definitivamente a estabilidade no emprego, se no meio do caminho o empregador falir. O ministro Pazzianotto foi encarregado de encontrar mecanismos mais realistas para proteger os trabalhadores sem prejudicar os empregadores", ponderou o relator.

Para encontrar esses mecanismos, Pazzianotto

irá rediscutir com as lideranças sindicais e empresariais também a questão da redução da jornada de trabalho e férias. Este tema fará parte do mesmo estudo a ser encaminhado a Bernardo Cabral, que ressaltou a necessidade de se encontrar um caminho que beneficie as duas classes, a operária e o empresário. "Tem de ser uma fórmula menos sonhadora, bem real", adiantou.

Na parte de Reforma Tributária, foram designados para discutir com os setores específicos os deputados José Serra (PMDB/SP) e Francisco Dornelles (PFL/RJ), mais

no sentido de defender as propostas constantes no projeto de Constituição, com o aval de Cabral e Ulysses Guimarães.

Na área de Previdência, Cabral anunciou sua disposição de manter o Sesi, Sesc, Senai e Senac — entidades de formação profissional —, contrariando o texto do atual projeto. Ele decidiu pela manutenção, depois de receber milhares de cartas de todo País protestando contra a extinção dos órgãos profissionalizantes. "Mas quem me convenceu mesmo foi o Lula, que me revelou ter aprendido sua profissão de metalúrgico no Senai".

contou Cabral. Outro ponto que será mantido é a reserva de mercado para a informática, já que pesquisa realizada no PMDB mostrou que 90 por cento dos constituintes peemedebistas são favoráveis à manutenção deste item no substitutivo, segundo o relator.

REGIMENTO

Sobre possíveis modificações no regimento da Constituinte, o deputado Bernardo Cabral revelou que nada ficou acertado ainda nesta reunião de ontem. Ele contou que o presidente Ulysses Guimarães continua irreductível quanto à alteração dos prazos, mas hoje se reúne novamente com todas as lideranças partidárias em seu gabinete para estudar métodos de discussão do projeto de Constituição em plenário.

A reunião foi convocada a pedido do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP), um dos maiores críticos da falta de produtividade das discussões até agora. Ele tem insistido na tese de que os trabalhos poderiam ser melhor aproveitados, se fosse dividido o projeto em blocos de temas constitucionais, os mais polêmicos, por menos, com sessões específicas para se debater a reforma agrária, por exemplo, a anistia, educação, ou sistema de governo. Depois da confirmação da reunião, ficou exultante: "Já foi uma grande vitória".

Mas o presidente Ulysses Guimarães não concorda que os trabalhos estejam dispersos, nem que o plenário esteja vazio. "Acho difícil mudar a sistemática de discussão do projeto, as discussões estão acontecendo e as emendas estão chegando; portanto, há produtividade", insistiu. O relator Bernardo Cabral, ao contrário, considera a proposta de Plínio "válida e lúcida".

Enfim, chega uma emenda popular certa

A Comissão de Sistematização deverá se reunir amanhã para apreciar e proferir parecer prévio sobre a primeira proposta de emenda popular apresentada de acordo com os requisitos regimentais, que defende a garantia pelo Estado do ensino religioso nos cursos de 1º e 2º graus. Encaminhado ontem à Comissão como a quarta sugestão de emenda popular, o documento foi subscrito por 66.637 eleitores e patrocinado por três entidades, a Associação Confessional de Educação de Curitiba, Conselho Regional de Igrejas para Educação Religiosa e Instituto Regional de Pastoral de Mato Grosso.

Preocupados com o pouco movimento de chegada de emendas no setor de propostas populares da Comissão de Sistematização, os funcionários encarregados ontem ficaram entusiasmados com a chegada da emenda, já que as três primeiras foram rejeitadas por não terem atendido as exigências regimentais. "Esta emenda está linda, certinha, eles cuidaram até de fazer a enumeração das assinaturas, já anulando as que não traziam dados do título de eleitor e endereços. Estamos fazendo uma checagem por amostragem e até agora está tudo certo. Parece que será a primeira emenda a ter parecer favorável na Sistematização", exultava a advogada Laura Carneiro funcionária da Comissão.

MANDATO

No setor de emendas de plenário ontem também deu entrada a primeira proposta que fixa em quatro anos a duração do mandato do presidente José Sarney, de autoria do senador Itamar Franco (PL-MG). Sobre a questão do mandato, o senador mineiro apresentou três emendas: a primeira diz que o mandato do atual presidente terminará em 15 de março de 1989; a segunda estabelece que a eleição por via direta do seu sucessor deverá acontecer em 15 de novembro de 1983 e a terceira fixa que também os próximos presidentes terão mandato de quatro anos, vedada a reeleição. Já o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) apresentou duas emendas sobre a matéria, defendendo seis anos de mandato para o presidente José Sarney e possibilitando a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

O deputado Paes de Andrade (PMDB-CE) apresentou uma emenda completa sobre a reforma agrária. Em sua proposta a União poderá promover a desapropriação de propriedades rurais improdutivas classificadas em lei como latifúndio mediante justa indenização da parte produtiva em Títulos da Dívida Pública, resgatáveis no prazo de até 20 anos, em parcelas anuais sucessivas.

Lideranças discutem calendário

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, não vê motivos para alterar a ordem do programa de debates sobre o anteprojeto de Constituição. Ele concordou, no entanto, em se reunir hoje, a partir das 10h30, com as lideranças de todos os partidos que apóiam a tese do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) de estabelecer um calendário para as discussões de temas constitucionais. Inicialmente apoiada pelo PDT e pelo PC do B, a proposta do PT será discutida hoje também pelo PDS e pelo PFL, na reunião que contará, ainda, com a presença do líder do PMDB na Constituinte, o senador Mário Covas (SP), representando a ala progressista do Partido.

A proposta de Plínio Sampaio, que visa dar conhecimento antecipado dos temas a serem debatidos, tanto aos consti-

tuintes quanto à sociedade, foi encaminhada a Ulysses Guimarães em 25 de junho e, desde que o anteprojeto foi colocado na Ordem do Dia das sessões, em 15 de julho, virou motivo de várias questões de ordem. O PT, o PDT e o PC do B passaram a criticar o esvaziamento das sessões como consequência da ausência de pauta definida para os debates e, ao mesmo tempo, a imposição da mesa diretora de um programa de discussões que não contou com a participação das lideranças partidárias (como determina o Regimento Interno da Constituinte).

"Não podemos admitir chegar ao final sem que tenha havido debate", ressaltou na sessão de ontem o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO). Ele lembrou que todas as questões importantes estão sendo debatidas com o plenário vazio e que isto

é brincar com a opinião pública. Criticou, ainda, a posição do líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, (PMDB-BA), que em conversa com o líder do PT, Luis Inácio Lula da Silva, teria se colocado contrário à idéia de estabelecer um calendário de discussões, dividindo o debate por temas, "porque isto traria o povo às galerias".

O argumento de Ulysses Guimarães para não concordar com a divisão dos debates por temas (um a cada dia) se baseia no fato de já haver inscritos para o grande expediente, que discute questões constitucionais. Esta é a mesma justificativa que o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, usa para se colocar contra a proposta de Plínio Sampaio. "Nas próximas fases é possível se estabelecer uma coordenação de debates por matérias", disse ele.

Forças Armadas podem reagir contra anistia

A aprovação pela Constituinte do projeto de anistia aos punidos por atos administrativos, dando direito ao retorno à tropa com promoções aos postos imediatos de suas carreiras; da estabilidade no emprego e do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney poderá provocar reação das Forças Armadas. A informação partiu ontem de um oficial de alta patente.

Os ministros militares, em várias ocasiões, já se pronunciaram contra a aprovação desses temas pelos constituintes. Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, não aceita a anistia para os punidos. Segundo ainda o informante, os militares não vêem com bons olhos o comportamento da Constituinte.

BAR ACADEMIA



Milton Nascimento homenageia Dolores Duran e recebe grandes amigos

HOJE
ÀS 22:20Hs.

